

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO/NÃO INCIDÊNCIA DA TMRSU

DADOS DO REQUERENTE (EM CASO DE PESSOA FÍSICA)

Nome		
CPF	Identidade (RG)	Estado Civil
E-mail (preenchimento obrigatório e em letra de forma)		Telefone(s) de contato

DADOS DO REQUERENTE (EM CASO DE PESSOA JURÍDICA)

Razão Social	CNPJ
Nome do Representante Legal	CPF
Endereço para correspondência	CEP
E-mail (preenchimento obrigatório e em letra de forma)	Telefone(s) de contato

DADOS DO IMÓVEL

Inscrição do IPTU	Endereço do imóvel	CEP
-------------------	--------------------	-----

REQUERIMENTO

Para fins de ISENÇÃO/NÃO INCIDÊNCIA DA TMRSU:

O requerente acima identificado vem requerer a isenção/Não incidência da TMRSU, para o exercício atual, ou seu cancelamento por se enquadrar na condição abaixo assinalada:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Residencial com padrão baixo e normal | <input type="checkbox"/> REURB (Regularização fundiária para família de baixa renda - Habitação social para família de baixa renda) | <input type="checkbox"/> Beneficiário do BPC (Benefício de Prestação Continuada) |
| <input type="checkbox"/> Valor Venal | <input type="checkbox"/> Propriedade, locação ou cessão à templos religiosos | <input type="checkbox"/> Locação, cessão ou comodato para órgãos públicos municipais |
| <input type="checkbox"/> Asilos, casas de repouso e casas de recuperação | | <input type="checkbox"/> PGRS mais de 100L/dia |

Declaro, nesta oportunidade, estar ciente que a concessão da isenção ora requerida dependerá do preenchimento das condições e requisitos exigidos na legislação em vigor, bem como da apresentação da documentação relacionada no verso deste requerimento, e que a ausência de qualquer um dos referidos documentos poderá inviabilizar a análise do pedido ora formulado com o consequente ARQUIVAMENTO do processo.

Fortaleza, ____ de _____ de _____

Assinatura do requerente (Semelhante ao documento de identificação)

Para fins de CANCELAMENTO DA ISENÇÃO DA TMRSU:

O requerente acima identificado vem requerer o CANCELAMENTO da isenção/não incidência da TMRSU da inscrição de nº _____, para o exercício atual, em razão do motivo abaixo assinalado:

- O imóvel não é mais de propriedade do requerente, conforme matrícula/escritura anexa.
- Não quer mais ser beneficiado com a isenção, pois pretende pagar a TMRSU.
- Outros. Especificar: _____.

Fortaleza, ____ de _____ de _____

Assinatura do requerente (Semelhante ao documento de identificação)

OBSERVAÇÃO: O PEDIDO DE ISENÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADO NO PRAZO PREVISTO NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, DEVENDO O REQUERENTE ESTAR ADIMPLENTE COM SUAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS.

CONDIÇÕES OBRIGATÓRIAS E DOCUMENTOS BÁSICOS NECESSÁRIOS

Condições obrigatórias:

- Pedido formalizado dentro do prazo legal;
- Inexistência de débito(s) de Tributos Municipais em nome do(s) beneficiário(s) - Art. 114, § 2.º da LC n.º 159/2013;
- Imóvel com o cadastro do IPTU em nome do requerente ou de seu cônjuge, se for casado.

Documentos básicos necessários:

- Documento oficial de identificação com foto do requerente (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc) e comprovante de inscrição no CPF do requerente;
- Documento oficial de identificação com foto do cônjuge (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc) e comprovante de inscrição no CPF do cônjuge, se for casado(a) ou viúvo(a);
- Certidão de casamento, se for casado(a) ou viúvo(a) - Obs.: Se for divorciado, deve constar a averbação do divórcio;
- Comprovante de residência (ÁGUA, LUZ OU TELEFONE) em nome do requerente ou do cônjuge, referente ao mês de JANEIRO do ano vigente.
- Documento de propriedade atualizado ou de posse do imóvel, conforme o caso, em nome do requerente ou de seu cônjuge.
- Caso o requerente seja Pessoa Jurídica, apresentar Ato constitutivo (Lei, contrato social com aditivos ou estatuto com ata da eleição da diretoria atual) devidamente registrado; Comprovante de inscrição no CNPJ; Documento oficial de identificação com foto (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal.

DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA NECESSÁRIA

IMÓVEL RESIDENCIAL COM PADRÃO BAIXO E NORMAL / ISENÇÃO PELO VALOR VENAL

- Declaração de único imóvel (modelo disponível no endereço eletrônico: www.sefin.fortaleza.ce.gov.br).

REURB (HABITAÇÃO SOCIAL / REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA FAMÍLIA DE BAIXA RENDA)

- Declaração de baixa renda;
- Contrato de aquisição do imóvel oriundo de programas de habitação social para família de baixa renda ou de regularização fundiária para família de baixa renda, conforme o caso.

BENEFICIÁRIO DO BPC (BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA)

- Comprovante atualizado de que é beneficiário do BPC, expedido pelo INSS.

ASILOS, CASAS DE REPOUSO E CASAS DE RECUPERAÇÃO

- Alvará de funcionamento.

PROPRIEDADE, LOCAÇÃO OU CESSÃO À TEMPLOS RELIGIOSOS

- Contrato de locação, cessão ou comodato, conforme o caso;
- Fotografia(s) do imóvel e suas instalações.

LOCADO, CEDIDO EM COMODATO OU A QUALQUER TÍTULO A ÓRGÃOS PÚBLICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO

- Contrato de locação, cessão ou comodato, conforme o caso.

NÃO INCIDÊNCIA PARA ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E SERVIÇOS QUE ULTRAPASSEM 100 LITROS/DIA DE RESÍDUOS

- Certidão de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) expedido pela SEUMA para o imóvel dentro da validade e com expedição anterior ao exercício de incidência requerido.

CANCELAMENTO DA ISENÇÃO/NÃO INCIDÊNCIA DA TMRSU

Além dos documentos específicos para cada caso, já relacionados no campo destinado ao motivo do cancelamento, anexar:

Se Requerente Pessoa Física:

- Documento oficial de identificação com foto do requerente (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc);
- Comprovante de inscrição no CPF do requerente;
- Comprovante de endereço atualizado do requerente.

Se Requerente Pessoa Jurídica:

- Ato constitutivo (Lei, contrato social com aditivos ou estatuto com ata da eleição da diretoria atual) devidamente registrado;
- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Documento oficial de identificação com foto (RG, habilitação, passaporte, identidade profissional, etc) e comprovante de inscrição no CPF do representante legal.

INFORMAÇÕES GERAIS

- O pedido deverá ser apresentado até o fim do prazo para impugnação do lançamento anual da TMRSU, cujo término ocorre após 30 (trinta) dias, contados do primeiro vencimento da cota única.
- O valor venal do imóvel não poderá ultrapassar o limite estabelecido na legislação municipal.
- Caso a solicitação seja feita por terceiros, deverá ser incluída na documentação a procuração do contribuinte outorgando poderes para quem assinar o requerimento, podendo ser particular, ou pública, além de cópia do documento oficial de identificação com foto (RG, Passaporte, CNH, etc), comprovante de inscrição no CPF e comprovante de endereço do procurador.
- Caso necessário, poderá a autoridade responsável pela análise da solicitação exigir outros documentos para complementar a instrução do processo. A ausência de qualquer um dos documentos solicitados poderá inviabilizar a análise do pedido com o seu consequente arquivamento;
- Os documentos relacionados podem ser entregues em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais e autenticadas por servidor da Secretaria Municipal das Finanças, ou cópias autenticadas na ausência dos originais.
- Enquadram-se como documento de propriedade/posse de imóvel, conforme o caso: matrícula ou certidão de transcrição atualizada (90 dias), escritura pública de compra e venda, escritura pública de doação, contrato de compra e venda com as firmas reconhecidas dos contratantes, contrato de promessa de compra e venda registrado em cartório de notas de Fortaleza, dentre outros.